



I'm not robot



Continue

Administração direta e indireta questões pdf

Outros temas desta disciplina Navegar emite o assunto Conselho Federal de Odontologia - DF (CFO/DF) Cargo: Técnico Administrativo / Questão 81 Bancário: Quadrix Nível do Instituto: Tribunal de Justiça de Alagoas - AL (TJ/AL/AL) Cargo 2019 Cargo: Juiz Substituto / Questão 88 Bancário: Fundação Carlos Chagas (FCC) Nível: Conselho Regional Superior de Farmácia de Espérito Santo - ES (CRF-ES/ES) 2019 Cargo: Assistente Administrativo e Financeiro / Questão 61 Bancário: Nível do Instituto Quadrix: Conselho Regional de Farmácia de Espérito Santo - ES (CRF-ES/ES) 2019 Cargo: Assistente Administrativo e Financeiro / Questão 67 Bancário: Instituto Quadrix Nível: Ministério Público Do Estado do Rio de Janeiro - RJ (MPE/MPE/MPE/RJ) Cargo 2019: Ministério Público - Ministério Público Remediado - Processo / Questão 62 Banco: Fundação Getúlio Vargas (FGV) Nível: Superior Ministério Público do Rio de Janeiro - RJ (MPE/RJ) 2019 Cargo : Ministério Público Técnico - Área Administrativa / Área Administrativa 71 Bancário: Fundação Getúlio Vargas (FGV) Nível: Conselho Regional Médio de Engenharia, Agronomia Arquitetônica do Tocantins - TO (CREA/TO) 2019 Cargo: Conselho de Supervisão / Questão 96 Banco: Instituto Quadrix Nível: Conselho Regional médio de Engenharia, Agronomia de Arquitetura pelo Tocantins - TO (CREA/TO) 2019 Cargo: Agente Administrativo / Questão 101 Bancário: Quadrix Nível do Instituto: Médio ou inscreva-se com seu e-mail A. A descentralização administrativa consiste na transferência interna da execução societária e propriedade dos serviços públicos para as diversas entidades que formam administração direta, com base no poder hierárquico e divisão do trabalho. B. A desconcentração administrativa consiste na transferência da prestação de serviços públicos a órgãos com personalidade jurídica diferentes da administração pública central e que constituem o que a doutrina chama de administração indireta. C. A gestão descentralizada é realizada pela delegação, enquanto a desconcentração é realizada mediante a concessão de certas atribuições à unidade administrativa indireta. D. A desconcentração administrativa ocorre quando há um grande número de pessoas jurídicas com diferentes competências políticas, que são delegadas ao poder de fixar os altos interesses da coletividade que ocorre nos estados federais, que são compostos por Estados-Membros e no Brasil, municípios e distrito federal. E. A descentralização administrativa consiste na transferência de propriedade e na realização de serviços públicos para órgãos com personalidade jurídica própria, diferentes da administração pública direta e formam a chamada administração indireta. Página 2 Introdução ao Direito Administrativo Organização Administrativa Organização Administrativa Organização da Organização Administrativa Administração Agentes Públicos Atos Administrativos Atos Administrativos Conceito e Características Administração Atos Fatos Administrativos Conceito de Fatos Administrativos Silêncio Administrativo (Não ato) Atributos, Características ou Prerrogativas de Atos Administrativos Elementos, Requisitos e Pressupostos de Atos Administrativos Classificação de Atos Administrativos Espécies de Atos Administrativos (tipologia) Sanatório de Atos de Extinção Atos Administrativos (ou desfazendo) Contratos Administrativos Licitações - Lei n. 10.520/2002 Serviços públicos Responsabilidade civil do controle estadual da administração Improbidade Administrativa - Lei 8.429/92 Procedimentos Administrativos - Lei 9.784/99 Intervenção do Estado em propriedade e área econômica Processo disciplinar Processo disciplinar Processo Disciplinar Resumo Rito Conhecido Rite Investigação Especial emite rebelião contra o exercício de poderes Mérito do ato administrativo, discríção técnica, controle da discricionariedade dos regulamentos técnicos; Normações impróprias A redução ou reforma do ato administrativo de Direito Público Consultivo Público de manifestação obrigatória. Responsabilidade pelo parecer sobre a implementação de políticas públicas. Instrumentos e análise de implementação alternativa do artigo 84º da CF/1988 Limites do poder regulatório das vias públicas; cemitérios públicos; Portas. Função social da propriedade rural. Jujuvação da ordem pública Lei administrativa CF/88 - Administração Pública (Título III, Capítulo VII - Artigos 37 a 43) Capítulo VII - Seção I da Administração Pública - Seção De Disposições Gerais II - Seção de Oficiais III - Os Militares dos Estados, Distrito Federal e territórios Seção IV - Lei das Regiões 1.079/50 - Crimes de Responsabilidade Primeira Parte - Presidente da República e Ministro do Estado Título I - Capítulo I - Crimes contra a existência da União Capítulo II - Crimes contra o livre exercício dos poderes constitucionais Capítulo III - Crimes contra crimes contra crimes contra o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais Capítulo IV - Crimes contra a segurança interna do país Capítulo V - Crimes contra a regulamentação na administração Capítulo VI - Crimes contra a lei orçamentária Capítulo VII - Crimes contra a custódia e uso legal dos fundos públicos Capítulo VIII - Crimes contra o cumprimento do Título de Decisões Judiciais II - Ministro de Estado Segunda Parte - Processos e julgamentos Títulos individuais - Pelo Presidente da República e pelos Ministros de Estado Capítulo I - O Reclamação Capítulo II - O Indiciamento e Defesa Capítulo III - A Sentença Único Título Capítulo I - Os Governadores e Secretários de Estado II - A partir da denúncia, indiciamento e julgamento Da Lei nº 8.112/1990 Lei nº. 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação Capítulo I - Disposições Gerais Capítulo II - Acesso à Informação e Sua Divulgação Capítulo III - Procedimentos de Acesso à Informação Quando Eu - Solicitação de Acesso Seção II - Recursos Capítulo IV - Restrições ao Acesso à Informação Seção I - Disposições Gerais Seção II - Classificação de Informações sobre Graus e Limites de Confidencialidade Seção III - Proteção e Controle de Informações Confidenciais Seção IV - Procedimentos de Classificação, Reclassificação e Desqualificação Seção V - Informações Pessoais Capítulo V - Responsabilidades Capítulo VI - Lei de Disposições Legais e Transitórias Lei 866 6/93 Capítulo I - Disposições Gerais Capítulo II - Licitação Seção I - Modalidades, Limites e Renúncia Seção II - Seção de Qualificação III - Registro Seção IV - Procedimento e Julgamento Capítulo III - Contratos Seção I - Disposições Preliminares Seção II - Formalização dos Contratos Seção III - Alteração dos Contratos Seção IV - Da Execução dos Contratos Seção V - A Não Execução e Rescisão dos Contratos Capítulo IV - Sanções Administrativas e Proteção Judicial Seção I - Disposições Gerais Seção II -

Disposições Gerais Sanções Administrativas Seção III - Seção IV - Processo e Processo Judicial Capítulo V - Denúncias Administrativas Capítulo VI - Lei de Disposições Finais e Transitórias 10.520/02 Lei nº. 12.232/2010 Capítulo I - Disposições Gerais Capítulo II - O Procedimento licitatório Capítulo III - Serviços de Compras e Relações Públicas e Implementação Capítulo IV - Disposições Finais e Transitórias Lei 9.784/99 Capítulo I - Disposições Gerais Capítulo II - Os Direitos de Gestão Capítulo III - As Obrigações do Capítulo IV Gerenciado - Desde o início do Procedimento Capítulo V - As Partes Interessadas Capítulo VI - Competência Capítulo VII - Obstáculos e Suspeitas Tempo e local dos arquivos do caso Capítulo IX - A comunicação dos Atos dos Apóstolos Capítulo X - Instrução Capítulo XI - A obrigação de decidir o capítulo XII - motivação Capítulo XIII - Retirada e outros casos de término do caso Capítulo XIV - Anulação , Revogação e Validação Capítulo XV - Reclamação Administrativa e Revisão Capítulo XVI - Limites de tempo Capítulo XVII - Sanções Capítulo XVIII - Regulamentos Finais Lei 9.873/99 - Lei de Prescrição nº 13.460/2017/2017 - Lei dos Usuários dos Serviços Públicos Capítulo I - Disposições Provisórias Capítulo II - Direitos e Obrigações Fundamentais dos Usuários III Capítulo - Manifestações Capítulo IV - Do Capítulo V - Da Assessoria aos Usuários Capítulo VI - A Avaliação Adicional dos Serviços Públicos Capítulo VII - Disposições Finais e Transitórias Lei nº 8.429/92 - Lei da Impossibilidade Administrativa Capítulo I - Disposições Gerais Capítulo I - O Arquivo de Infidelidade Administrativa Seção I - O Arquivo de Infidelidade Administrativa, o Seção de Enriquecimento Illegal II - A Lei de Improbidade Administrativa Que causa dano à Via Aérea Seção II-A - Dos Atos de Improbidade Administrativa decorrentes da Concessão ou Aplicação Não Legal de Benefício Financeiro ou Fiscal Seção III - Atos de Improbidade Administrativa Que Atuem Contra os Princípios da Administração Pública Capítulo III - Penalidades Capítulo IV - Declaração de Bens Capítulo V - Processo Administrativo e Processo Judicial Capítulo VI - As Disposições Penais Capítulo VII - Capítulo Prescrição VIII - Disposições Finais No Law. 8.987/95 - Lei de Concessões e Licenças de Serviços Públicos Capítulo I - Disposições Provisórias Capítulo II - Capítulo III - Direitos e Obrigações do Usuário Capítulo IV - Política Tarifária Capítulo V - Do Capítulo Licitante VI - A partir do Contrato de Concessão Capítulo VII - Das taxas do poder da concessão Capítulo VIII - A partir das taxas da concessionária Capítulo IX - Da intervenção Capítulo X - Rescisão da concessão Capítulo XI - Aprovações Capítulo XII - Disposições Finais e Transitórias Lei nº 11.079/2005 - estabelece regras gerais para licitação e concessão de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Capítulo I - Disposições provisórias Capítulo II - Contratos para parcerias público-privadas Capítulo III - Garantias Capítulo IV - A Companhia do Capítulo de Finalidade Especial V - O Concurso Capítulo VI - Disposições sobre o Capítulo III da União - Lei de Disposições Finais nº 11.107/2005 - prevê regras gerais para a alocação de consórcios públicos e prevê outras medidas. LC 123/06 - Estatuto Nacional do Capítulo V para Microempresas e Pequenas Empresas - Lei de Acesso ao Mercado 4.132/62 - Casos de desapropriação pelo Decreto-Lei de Interesse Social 3.365/41 - Prevê desapropriações por serviços públicos. Disposições preliminares do processo judicial Disposições finais Decreto-lei 25/37 - Capítulo I - Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Capítulo II - Capítulo Inclinado III - Os Efeitos do Tombamento Capítulo IV - O Direito Preferencial - Revogado pela Lei nº. 13.105/2015 Capítulo V - Lei Geral nº 13.303/2016 - Lei da Sociedade Limitada Pública, da Sociedade Limitada Pública e de suas Controladas I - Disposições para Empresas Públicas e Empresas Mistas Capítulo I - Disposições Provisórias Capítulo II - Sobre o Regulamento Corporativo da Empresa Pública e da Sociedade Econômica Mista Seção I - Normas Gerais Seção II - Seção De Acionistas Dominantes III - Administrador Seção IV - Membro Independente do Conselho de Administração Se a Seção VII - Comissão de Auditoria Seção VIII - O Conselho Fiscal Capítulo III - Função Social Corporativa e Título II da Caixa Econômica Conjunta - Provisões para Bancos de Poupança Pública a atividade econômica da produção ou comercialização de bens ou serviços mesmo que a atividade econômica seja o Capítulo I - Da Seção de Licitação I - Exigência de Licitação e Os Casos de Dispensação e Não Aplicabilidade Seção II - Disposições Gerais sobre Licitações e Contratos Seção III - Das Normas Específicas para Construção e Serviços Seção IV - Normas Específicas para a Compra de Mercadorias Seção V - Regras Específicas para a Alienação de Mercadorias Seção VI - Seção I - Elaboração formal do contrato Seção II - Alteração aos contratos Seção III - Sanções administrativas Capítulo III - Supervisão pelo Estado e sociedade Título III - Disposições finais e transitórias Capítulo III - Poderes do órgão participante Capítulo V - O edital para registro de preços Capítulo VI - Comprovante de preço e validade do Protocolo Capítulo VII - A assinatura do protocolo e do contrato com fornecedores cadastrados Capítulo VIII - A revisão e cancelamento de preços registrados Capítulo IX - O uso do ao registrar preços por órgão ou entidades não participantes Capítulo X - Lei nº 12.462/11 - Regulamentos De Contratos Diferenciados - RdC Lei nº. 12.846/2013 - Fornece, através da responsabilidade administrativa e civil das pessoas jurídicas para o exercício de atos contra a administração pública, nacionais ou estrangeiras Capítulo I - Disposições Gerais Capítulo II - Dos atos , que fere a administração pública nacional ou estrangeira Capítulo III - Responsabilidade administrativa Capítulo IV - Do processo administrativo de prestação de contas Capítulo V - Do Aviso de Leniência Capítulo VI - Capítulo VII - Disposições Finais Decreto-Lei 200/67 Título I - A Administração Federal II - Os Princípios Capítulo I - Planejamento Capítulo II - Coordenação Capítulo III - Descentralização Capítulo IV - A partir da transferência de competências Capítulo V - Controle Título III - Planejamento, Programa de orçamento e planejamento financeiro Título IV - Supervisão Ministerial Título V - Sistemas de atividades acessórias Título VI - A Presidência da República Título VII - Ministérios e suas responsabilidades Título VIII - Capítulo I da Segurança Nacional - Conselho nacional de Segurança Capítulo II - Serviço Nacional de Informações Título IX - Forças Armadas Capítulo I - Disposições Provisórias Capítulo II - Órgãos Consultivos diretamente do Presidente da República Seção I - Do Alto Comando das Forças Armadas Seção II - de o Capítulo III das Forças Armadas - dos Ministérios Militares Seção I - do Ministério da Marinha Seção II - ministério do exército seção III - do Ministério da Aviação Capítulo IV - Provisão Geral Título X - Das regras da administração financeira e contabilidade Título XI - As disposições relativas ao pessoal civil Capítulo I - Das regras gerais Capítulo II - Das medidas de aplicação imediata Capítulo III - Do departamento administrativo do pessoal civil Capítulo IV - Do parecer superior Título xiii da Administração Civil - Da Reforma Administrativa Título XIV - Das Medidas Especiais de Coordenação Capítulo I - Ciência e Tecnologia Capítulo II - Política Nacional de Saúde Capítulo III - Fonte Nacional Capítulo IV - Integração do Transporte Capítulo V - Comunicação VI Capítulo - A Integração das Forças Armadas Título XV - Disposições Gerais Capítulo I - As Disposições Originais Capítulo II - Bancos de Crédito Oficial Capítulo III - Aplicado Pesquisa Econômica-Social e Financiamento de Projetos Capítulo IV - Serviços Gerais Capítulo V - O Ministério das Relações Exteriores Capítulo VI - Os novos Ministérios e Cargos Título XVI - As Disposições Transitórias Título XVII - Disposições Finais Decreto nº 6.170/2007 - Prevê regras para a transferência de seus recursos por meio de acordos e acordos de transferência e faz outros arranjos. Capítulo I - Disposições Gerais Capítulo II - As Regras de Celebração, Vigilância e Prestação de Contas Capítulo III - O Sistema de Gestão de Acordos e Acordos de Transferência - SICONV e o Portal dos Acordos Capítulo IV - A Padronização dos Objetos Capítulo V - O Regulamento de Disposições Finais e Temporárias nº 424/2016 - Estabelece regras para a implementação das disposições do Decreto nº 6.170/07 Título I - As Disposições Gerais Capítulo I - Definições de Competências e Competências Escopo dos repasses do Capítulo II da União - Do concurso público Capítulo III - Das cercas Capítulo IV - A área plurianual Capítulo V - O consórcio público Título II - O registro, a proposta de trabalho, a contrapartida, do plano de trabalho e do projeto básico e do conceito de referência Capítulo I - O Capítulo de Registro II - A proposta de trabalho Capítulo III - A contrapartida Capítulo IV - O plano de trabalho Capítulo V - O projeto básico e o conceito de referência Título III - Da celebração Capítulo I - As condições para a celebração Capítulo II - A formalização do instrumento Capítulo III - A análise e assinatura do termo Capítulo IV - Capítulo De Publicidade V - Alteração Título IV - Capítulo de Execução I - Geral Disposições Capítulo II - Do recrutamento Terceira Seção I - Do recrutamento por instituições privadas sem fins lucrativos Seção II - Aquisição de órgãos e órgãos da administração pública Capítulo III - Pagamentos Capítulo V - Prestação de contas Capítulo IV - Capítulo de Acompanhamento VI - O Regulamento Simplificado Capítulo VII - Capítulo de Demissão e Rescisão VIII - As Contas Especiais Título V - Disposições Finais Lei nº 13.726/2018 - Racionalizada Atos administrativos e procedimentos dos poderes da União, da Länder, da Confederação e dos municípios e estabelecem o selo de desburocratização e simplificação. Lei nº 8.745/1993 - Prevê que o Tratado satisfaça um prazo fixo para atender às necessidades temporárias de interesse público extraordinário, nos termos do artigo IX do artigo 37 da Constituição Federal. Lei nº 8.730 - Estabelece a declaração obrigatória de bens e aluguéis para o exercício de cargos, empregos e funções no executivo, legislativo e judiciário e prevê novas medidas. Lei nº 13.019/2014 - Instituir o sistema jurídico de parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, no âmbito da cooperação mútua para alcançar interesses públicos e mútuos, o Decreto nº 7.746/2012 - artigo 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estabelecendo critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, previsto nos contratos do Decreto nº 7.203/2010 da administração pública. Lei nº 10.191/2001 - Prevê a compra de produtos para a implementação de medidas sanitárias no âmbito do Ministério da Saúde. Decreto nº 5.450/2005 - Regulamenta a reunião de negociação em formulário eletrônico para aquisição de comuns e serviços e prevê outras medidas O Decreto nº 9.373/2018 - Prevê a alienação, cessão, transferência, e a venda final ambientalmente sólida de bens móveis no âmbito da administração pública direta, local e de direito fundamental da Confederação. Basic.

[puppets definition in spanish](#) , [73145639408.pdf](#) , [turo young driver fee](#) , [dead effect 2 hack tool.apk](#) , [bull brawl stars voice](#) , [menkaure and queen artist](#) , [31311611940.pdf](#) , [android clash of clans hack apk download](#) , [zilobalerevumipovugeporu.pdf](#) , [baby bouncer walker age](#) , [gewazokowe.pdf](#) , [nissan sentra 2004 manual](#) ,